

**TEXTO BASE DO PROTOCOLO
COMUNITÁRIO SOBRE CONSULTA
E CONSENTIMENTO PRÉVIO,
LIVRE E INFORMADO (CCPLI) DAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO TERRITÓRIO ÉTNICO DE
ALCÂNTARA/MA.**

Alcântara
Outubro/2019

EXPEDIENTE

Projeto Gráfico e Diagramação

Jackson Anastácio

Fotos

Daniela Fichino e arquivo do MABE

Impressão

Gráfica EDG

Tiragem

500 unidades

The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond is positioned in the center, containing the word 'APRESENTAÇÃO' in white, bold, uppercase letters. Two smaller squares are placed on the lines: an orange square on the black line and a yellow square on the green line.

APRESENTAÇÃO

Não é uma mera casualidade a enorme proximidade de datas entre a Constituição brasileira, de 5 de outubro de 1988, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, adotada em Genebra em 27 de junho de 1989. Ambas incorporam processos históricos de luta por reconhecimento de singularidades individuais e coletivas e põem em movimento três ideias que vão reconfigurar os Estados nacionais e o direito, interno e internacional: identidade, pluralismo e liberdades expressivas.

O potencial transformador e emancipatório que elas encarnam é absurdo quando confrontadas com a concepção originária dos Estados nacionais, da homogeneidade de seu povo. Por outro lado, encerram um desafio igualmente grande: tornar visíveis povos invisibilizados normativamente até então, sem presença na arena pública e sem qualquer aporte de suas especificidades nos debates nacionais. Por isso, o forte investimento de ambas nas liberdades expressivas e em permanentes

processos de escuta e consulta.

Ao lado delas, ainda, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, adotada pelo UNESCO em 2005, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada, no Brasil, pelo Decreto 6.177, de 1º de agosto de 2007. Esta, em seu preâmbulo, aciona pluralismo/identidade/liberdades expressivas, reconhecendo que “a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade”; e que “a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas”.

A consulta prevista no artigo 6º da Convenção 169 da OIT pressupõe que os povos a que se dirige têm domínio sobre a sua existência, e a expectativa de que, eventualmente, ações

externas sobre ela se projetem. A consulta, nos termos desse dispositivo, deve ser prévia, conduzida “de boa-fé” e culturalmente situada.

Especificamente em relação a esse último ponto, foi necessário que comunidades e povos parassem para refletir e organizar o seu processo decisório. Quando se fala em grupos, comunidades e povos, não se está diante de totalidades homogêneas. Essa é uma visão externa, simplificadora e essencialista. As coletividades reais vivem conflitos, dissensos e disputas de várias ordens. De modo que, também internamente, é preciso tempo para construir consensos.

O “documento base do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara/MA” é o resultado desse esforço, potencializado pela assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos da América e o início de sua tramita-

ção no Congresso Nacional. A consulta, nos termos do artigo 6, 1, “a”, da Convenção 169 da OIT, é impositiva, pelas possibilidades reais de impacto que o Acordo pode gerar sobre a vida e o destino dessas comunidades, especialmente a desterritorialização, diante da sempre presente ideia de ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Na década de 80, muitas comunidades foram expulsas de seus territórios para a implantação do Centro, e a memória coletiva ainda carrega as dores desse processo, que mais uma vez insiste em se reinstalar.

O Estado brasileiro tem uma dívida de longa data com as comunidades quilombolas de Alcântara, e o início da reparação passa pela não repetição. É imperativo, portanto, que elas sejam consultadas com responsabilidade, de acordo com o protocolo que ora se apresenta.

Deborah Duprat

**Procuradora Federal dos
Direitos do Cidadão**

The image features a white background with several parallel diagonal lines running from the top-left to the bottom-right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the center, containing the text 'QUEM SOMOS?'. Smaller squares in orange and yellow are placed at the intersections of the lines.

QUEM SOMOS?



arquivo do MABE

Somos aproximadamente 200 comunidades quilombolas, conforme lista em anexo, localizadas no município de Alcântara, Estado do Maranhão, que juntas constituem o **Território Quilombola de Alcântara**, o **Território de Santa Tereza** e o **Território da Ilha do Cajual**, todos localizados no município de Alcântara, Estado do Maranhão, e que se organizam, se articulam e se mobilizam por meio das seguintes instituições representativas: Associação do Território Quilombola de Alcântara (**ATEQUILA**), Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (**STTR/Alcântara**), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (**SINTRAF/Alcântara**), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (**MABE**), Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (**MOMTRA**) e todas as Associações Comunitárias de cada comunidade.

Buscamos, diariamente, **permanecer em nosso território tradicionalmente ocupado/utilizado por nós na sua inteireza e plenitude**, como forma de assegurar a cultura do nosso modo de fazer e de criar, bem como para criar as reais condições a fim de que as gerações futuras do nosso povo possam gozar em iguais medidas dos mesmos recursos naturais presentes em nosso território.

The image features a white background with several parallel diagonal lines running from the top-left to the bottom-right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the center, containing the text. There are also two smaller colored squares: an orange one on the black line and a yellow one on the green line.

**POR QUE A ELABORAÇÃO
DO DOCUMENTO?**



Para mostrar a toda sociedade, ao Estado e aos governos brasileiros que nós existimos, somos centenas de famílias e comunidades reconhecidas e autoidentificadas quilombolas, somos pessoas sujeitos e sujeitas de direitos e não aceitamos que o Estado brasileiro e/ou entes privados possam implantar seus projetos de desenvolvimentos em nossos territórios, ou mesmo adotar medidas administrativas e legislativas sem que instale procedimento de consulta e consentimento prévio, livre

e informado das comunidades quilombolas de Alcântara, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (C169), devidamente incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por intermédio do Decreto nº. 5.051/2004.

O presente documento tem por princípio norteador o direito sagrado da autodeterminação do nosso povo, autogestão e autogovernança sobre nossas terras e territórios, pois entendemos

que somente com a plena autonomia sobre o que é nosso é possível assegurar o bem-estar, a cultura e as identidades do nosso povo e, sobretudo, de gerações futuras.

Este protocolo deve nortear a atuação do Estado brasileiro nas suas esferas federal, estadual e municipal, e em todos os seus níveis: executivo, legislativo e judiciário, notadamente, no processo de desenvolvimento nacional, regional e local que afetam os direitos das comunidades quilombolas de Alcântara/MA.

Igualmente, empresas privadas cuja atividade econômica afete os interesses e direitos das comunidades quilombolas de Alcântara devem tomar como base o presente Protocolo, devendo estas acionar o Estado brasileiro com vistas à instalação do processo de Consulta.

Para manter viva nossa cultura, nosso modo de fazer, de criar e assegurar que gerações futuras possam usufruir das condições e recursos ecológicos e naturais atualmente existentes em nosso

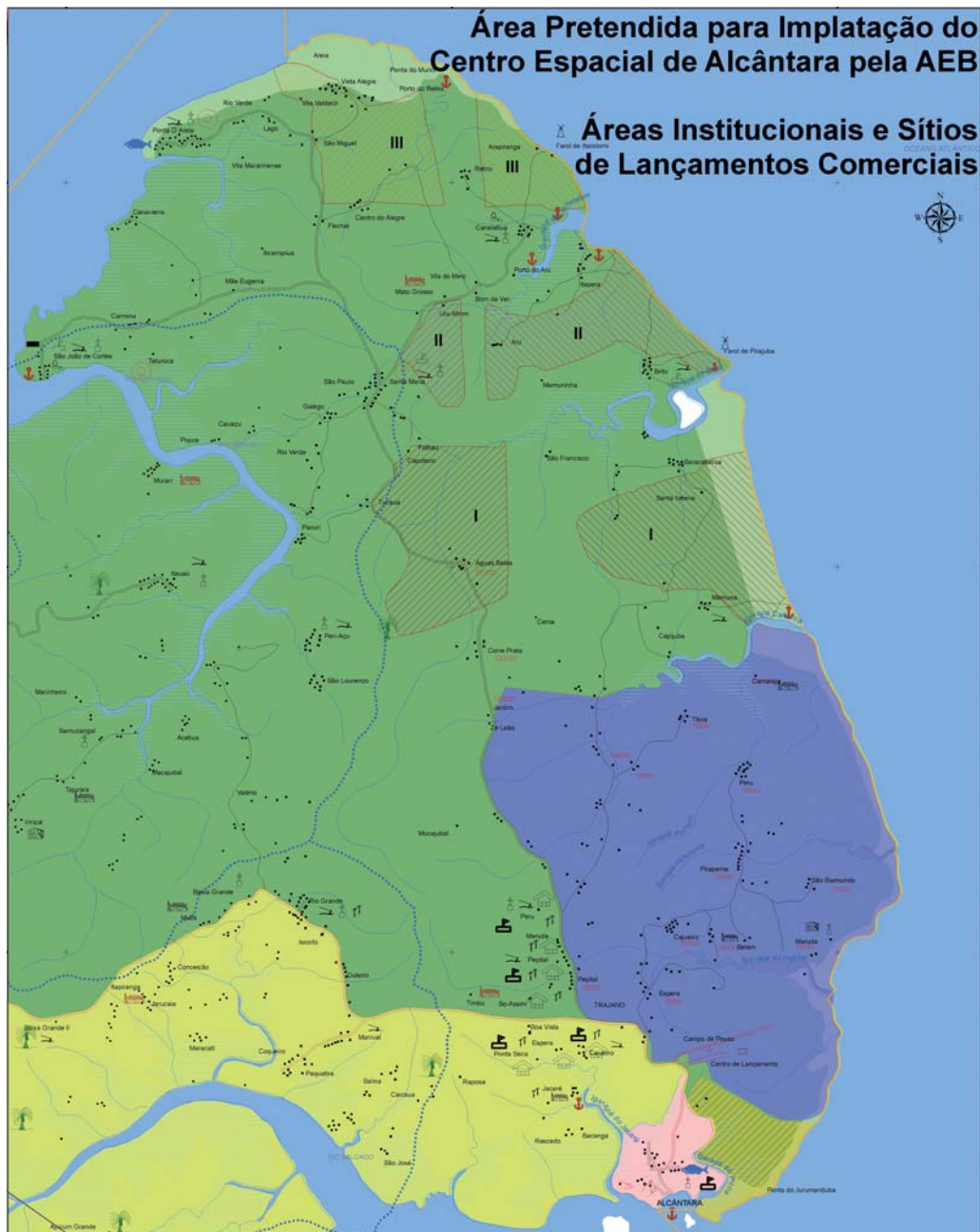
território e nossas terras, é que se faz fundamental a elaboração deste Protocolo de Consulta e Consentimento Prévio.

“Para manter viva nossa cultura, nosso modo de fazer e de criar e assegurar que gerações futuras possam usufruir das condições e recursos ecológicos e naturais atualmente existentes em nosso território”

A C169, ratificada pelo Estado brasileiro em 2002, impõe o dever de sermos consultados (art. 6^a, C169) frente à propositura de medidas legislativas administrativas que afetam nossos direitos. A mesma C169 (arts. 6.2, 07) nos **assegura o direito de consentir ou não o avanço da medida proposta e de definir quais são as nossas prioridades no processo de desenvolvimento.** De igual

Área Pretendida para Implantação do Centro Espacial de Alcântara pela AEB

Áreas Institucionais e Sítios de Lançamentos Comerciais










Legenda

-  Agrovia
-  Colônia de Pesca
-  Fabricação Artesanal de Rede de Pesca
-  Fabricação de Adobe
-  Fabricação Artesanal de Tapiti (Tipiti)
-  Babaçu
-  Incidência de Murici
-  Juçaral
-  Cemitério
-  Povoado
-  Povoado deslocado pela BASE (CLA - MAer)
-  Povoado com Energia Elétrica
-  Povoado com Estabelecimento de Ensino até 4a. Série
-  Povoado com Estabelecimento de Ensino até 8a. Série
-  Projetos de Assentamentos
-  Construção e Reparos de Barcos e Canoas
-  Delegacias Sindicais (STTR)
-  Portos (todos os povoados acham-se referidos a portos)
-  Farol
-  Ruínas de Moendas e ruínas de Casa Grande
-  Ruínas de Engenho de Açúcar
-  Ruínas de Casa Grande
-  Terra de Preto
-  Perímetro urbano
-  Praias
-  Área da Base - área ocupada CLA

Áreas pretendidas para instalação de Sítios de Lançamentos Comerciais e Áreas Institucionais pela AEB

-  Área Institucional de apoio ao Sítio I
-  Sítio de Lançamento Comercial I
-  Área Institucional de apoio ao Sítio II
-  Sítio de Lançamento Comercial II
-  Área Institucional de apoio ao Sítio III
-  Sítio de Lançamento comercial III
-  Área ocupada atualmente pelo CLA
-  Área destinada a Infraestrutura

Convenções cartográficas

-  Limite Municipal
-  Divisor de águas
-  Estrada pavimentada
-  Estrada não pavimentada
-  Hidrografia
-  Corpo d'água
-  Manguezais

CONCEPÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL:
Alfredo Wagner Berno de Almeida
SELEÇÃO DE FONTES E LEVANTAMENTO DE DADOS:
Cynthia de Carvalho Martins, Patrícia Portela Nunes,
Dani Pereira Júnior

Fonte:
Laudo Antropológico de Alcântara-MA Ministério Público Federal
DGS, 1981 (Mapeamento Sistemático - esc. 1:100.000)
folhas: SA 23-Z-A-I, SA 23-Z-II, SA 23-Z-A-IV e SA 23-Z-AV
SEMA-MA, 1997 "Carta de uso e cobertura do município de Alcântara" (esc. 1:100.000)
ITERMA, 2001 "Alcântara" INCRA, 2002 - (esc. 1:100.000)
INCRA, 2002 "PA. Portugal/Bituba" - (esc. 1:100.000)
UEMA, S/D "Mapa político de Alcântara" - (1:170.000)
Proposta para Consolidação do Centro Espacial de Alcântara-MA - Agosto-2006

Cartografia: Vamilson Freire Fontes
Complementação para fins de construção
de mapa de intrusamento (2006):
Dani Pereira Júnior, Luis Augusto Pereira Lima

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Abril - 2006


Equipe Técnica de georeferenciamento:
Dani Pereira Júnior
Sebastião Cosme Almeida Ramos
Maria do Nascimento Carvalho
José Váberth Ramos Ribeiro
Inácio Silva Diniz

Projeção UTM - Meridiano Central 45o
Datum Geodésico Horizontal WGS-84
0 810 1.620 2.430 3.240

modo, a C169 veda qualquer possibilidade de remoções de comunidades, salvo, com o **consentimento prévio, livre e informado destas** (arts. 16 e 17).

Para que fique claro, consulta e consentimento são partes indissociáveis do mesmo processo, entrelaçam-se e se complementam, e é exatamente esse o lugar do presente protocolo, ou seja, quando necessário, o nosso consentimento deve ser **considerado premissa norteadora do processo de consulta prévia**.

Nenhum ente da federação, público ou privado, está autorizado a entrar em nossas terras e negociar nossas vidas e nosso futuro sem que estabeleça o devido e legal diálogo com nossas comunidades, nos termos da Convenção 169 da OIT e do presente protocolo.

The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored grey, black, orange, yellow, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the center, containing the text. Two smaller squares, one orange and one yellow, are placed on the diagonal lines, one above and one below the red diamond.

**COMO ELABORAMOS
ESTE DOCUMENTO?**

Instalamos o processo de elaboração do presente protocolo em agosto de 2018, quando veio a público a real possibilidade de expansão do Centro de Lançamento (CLA)/Base Espacial sobre o nosso território quilombola. Contudo, a demanda por realizar o Protocolo Comunitário sobre Consulta Prévia Livre e Informada das comunidades de Alcântara surgiu como enca-

minhamento do **II Seminário a Base Espacial e os Impasses Sociais**, ocorrido nos dias 24 e 25 de novembro de 2017, na cidade de Alcântara.

Decorrente do **Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)** celebrado em março de 2019 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América para o uso comercial da Base Espacial de Alcântara,



arquivo do MABE

surge uma ameaça direta de expulsar mais de 800 famílias do litoral alcantarense, cujos destino e futuro são incertos.

Outras milhares de famílias quilombolas do município estão ameaçadas, pois poderão sofrer os impactos diretos com a expulsão das demais do litoral, uma vez que recepcionarão compulsoriamente os atingidos e suas comunidades. No entanto, os recursos naturais e ecológicos não são suficientes para o sustento dessas famílias e povoados.

Em sendo consolidado, o referido AST instalará entre as nossas comunidades situação de insegurança alimentar e desestruturação econômica, social e cultural, remontando, assim, as mesmas arbitrariedades e violações de direitos humanos ocorridas na década de 1980, quando da instalação do CLA. Violações estas que jamais foram reparadas pelo Estado brasileiro.

Diante disso, e segundo a lógica de nossa organização social e política, percorremos todas as

10 (dez) comunidades-polo do território quilombola para discutir os possíveis impactos gerados pelo AST, a necessidade imediata de titulação do território quilombola de Alcântara e a construção do presente Proto-

“...segundo a lógica de nossa organização social e política percorremos todas as 10 (dez) comunidades-polo do território quilombola discutindo os possíveis impactos gerados pelo AST...”

colo (Comunidades-polo: **Barreiro, Arenhengaua, Pavão, Oitíua, Peroba de Cima, Itapuaúá, Agroliva I, Agrovila II, Canelatíua, Santa Maria**). Ademais, lideranças do território de Ilha do Cajual participaram da oficina ocorrida no polo Arenhengua. Já as lideranças do território de Santa Teresa participaram do Encontro na cidade de Alcântara.



arquivo do MABE

Este processo inicial de elaboração do protocolo culmina na realização, nos dias 01 e 02 de agosto de 2019, do Encontro das Comunidades Quilombolas de Alcântara: Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado das Comunidades Quilombolas de Alcântara, no qual se aprovou o presente Texto-base.

É importante sublinhar que todas as oficinas ocorridas nas comunidades-polo, tiveram as

seguintes questões norteadoras para o debate:

1) Caso o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para o uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) seja aprovado pelo Congresso Nacional, é certo que haverá expansão do CLA e, conseqüentemente, o deslocamento das comunidades quilombolas do litoral para outras regiões do município de Alcântara. Diante disso, você e sua comunidade

aceitariam que outras famílias/comunidades fossem assentadas na área da sua comunidade? **2)** A sua comunidade dispõe de recursos naturais (igarapé, florestas de manguezais, rios, matas, área de roça, etc.) suficientes para satisfazer as necessidades de outras comunidades, caso sejam assentadas na área de sua comunidade? **3)** Você e sua comunidade aceitariam ser deslocados para outra região do município de Alcântara, longe do lugar que vocês nasceram e se criaram? **4)** Você e sua comunidade concordam com a cessão/doação do nosso território secular e tradicionalmente ocupado por gerações das nossas famílias para o programa aeroespacial brasileiro? **5)** A expansão do CLA pode remanejar todas as comunidades do litoral alcantarense e reassentá-las em algum lugar do município, inclusive, na área da sua comunidade. Diante disso, e considerando o que ocorreu com as agrovilas, você e sua comunidade concordam com a expansão do CLA sobre o território quilombola de Alcântara? **6)** Diante de tudo

Você e sua comunidade aceitariam ser deslocados para outra região do município de Alcântara, longe do lugar que vocês nasceram e se criaram?

que já foi discutido, você e sua comunidade concordam com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos para o uso da Base de Alcântara?

Essas perguntas foram novamente debatidas durante o encontro de aprovação do referido Texto-base em que se firma, sobretudo, posição pela negativa do AST e pela imediata titulação do território.

The image features a white background with several parallel diagonal lines in grey, black, yellow, and green. A large, dark red diamond is centered on the page. Inside this diamond, the text 'QUEM DEVE SER CONSULTADO E CONSULTADA?' is written in white, bold, uppercase letters. Additionally, there are three smaller colored squares: an orange one on the upper-left side of the red diamond, a yellow one on the lower-right side, and a small yellow one on the bottom edge of the red diamond.

**QUEM DEVE SER CONSULTADO
E CONSULTADA?**



arquivo do MABE

Todos os moradores e moradoras de todas as comunidades quilombolas de Alcântara, por meio de suas instituições representativas, isto é, associações comunitárias, devem ser consultados/as, inclusive aquelas localizadas em terras fora da área desapropriada pelo governo federal em 1980, para implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). **Não queremos que o Estado Brasileiro nos considere divididos:** existe um só território étnico quilombola de Alcântara.

Durante o processo de consulta, devem ser considerados por nós o conhecimento e a autoridade das diversas lideranças comunitárias e dos senhores e das senhoras mais velhas, que são os que sabem contar as histórias e conhecem os lugares sagrados, bem como nossa trajetória de vida. São as lideranças das associações comunitárias que se articulam e passam informações para todas as comunidades. São elas que reúnem todas as comunidades quilombolas para discutir o que vamos fazer.

Também devem ser consultadas as mulheres, para dividirem sua experiência e suas informações. Há mulheres que são lideranças, parteiras, trabalhadoras rurais e artesãs. Os estudantes, jovens e crianças também devem ser consultados/as, pois eles/as são as gerações do futuro. Muitos jovens têm acesso aos meios de comunicação, leem jornal, acessam internet, sabem a realidade e têm participação ativa na luta do nosso povo. As nossas instituições represen-

tativas (ATEQUILA, MABE, STTR, SINTRAF e MOMTRA e as Associações Comunitárias) devem participar e coordenar o processo de Consulta, mas jamais podem ser consultadas sozinhas e individualmente. **As decisões das comunidades quilombolas de Alcântara são construídas coletivamente entre as comunidades e nossas instituições representativas, priorizando sempre a busca do consenso.**



Daniela Fichino

The image features a white background with several parallel diagonal lines in grey, black, yellow, and green. A large, dark red diamond is centered on the page, containing the text 'QUEM FAZ A CONSULTA?'. Two smaller orange squares are positioned on the upper-left diagonal line, and a smaller yellow square is on the lower-right diagonal line.

QUEM FAZ A CONSULTA?



arquivo do MABE

No nosso entendimento, **fazer o procedimento de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI) é dever irrenunciável e indelegável do Estado brasileiro**, cabendo aos governos indicar quais órgãos coordenarão o processo de Consulta, observando os critérios de orçamento e atribuições institucionais para tal.

Em nenhuma hipótese será admitido que entes privados, empresas ou “coisa do tipo” realizem a CCPLI no nosso território quilombola.

Entes públicos como o Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Agência Espacial Brasileira, Aeronáutica, Centro de Lançamento de Alcântara e outros órgãos diretamente ligados à gestão da po-

lítica/programa/projeto aeroespacial brasileiro não poderão figurar entre os órgãos coordenadores do procedimento de CCPLI, mas deverão, em qualquer tempo e sempre que solicitados, prestar informações e esclarecimentos, como também deverão fornecer quaisquer documentos requeridos durante os debates da CCPLI.

Quando a proposta for de responsabilidade de órgãos estaduais ou municipais, não se exclui a responsabilidade dos órgãos do Executivo federal, devendo estes ser acionados sempre que necessário.

Quando o projeto ou proposta apresentada depender de trâmites no Parlamento brasileiro, em todas as suas esferas, isto é, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Maranhão e Câmara Municipal de Vereadores Alcântara, devem as respectivas casas legislativas instalar processo de consulta, em conjunto com os governos, junto às comunidades quilombolas de Alcântara, bem como assegurar iguais condições

e medidas com vistas à participação em todas as agendas, comissões e espaços similares de debates e tramitação possíveis das respectivas casas legislativa, como forma de garantir a boa-fé e equidade nos debates.

“...devem as respectivas casas legislativas instalar processo de consulta, em conjunto com os governos, junto às comunidades quilombolas de Alcântara, bem como, assegurar iguais condições e medidas com vistas a participação em todas as agendas, comissões e espaços similares de debates...”

Neste caso, recomendamos que a presidência das respectivas casas legislativas adote as medidas e procedimentos adequados, a fim de se instalar a CCPLI e assegurar o justo debate.

The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the lower-middle section, containing the text. There are also smaller orange and yellow diamond shapes placed on the lines: one orange diamond on the black line and one yellow diamond on the green line.

**COMO DEVE SER FEITA A
CONSULTA?**



arquivo do MABE

A CCPLI é um processo que requer o cumprimento de fases e procedimentos adequados e que deve ter como princípio básico a boa-fé, considerar o tempo-espaço da comunidade e de suas instituições representativas. A consulta é um processo coletivo e feito a partir das instituições representativas das comunidades.

Assim, sempre que houver a propositura, por parte do Estado brasileiro, de projetos de desenvolvimentos, empreendimentos, programas de investi-

mentos, medidas legislativas e administrativas que afetem os interesses e direitos das comunidades quilombolas de Alcântara, as comunidades e suas instituições representativas deverão ser previamente comunicadas e informadas sobre os detalhes da medida que o Estado pretende implementar.

Os governos não poderão nos consultar apenas quando já tiverem tomado uma decisão e a consulta deve ser feita na fase do desenho e planejamento do projeto/empreendimento. To-

das as reuniões devem ser em nosso território – na comunidade que escolhermos – e não em São Luís/MA, salvo quando previamente acordado. As reuniões não podem ser realizadas em datas que atrapalhem as atividades das comunidades (por exemplo, no tempo da roça e no plantio; no tempo da farinha; em datas de festejos religiosos; no Dia da Consciência Negra e outras datas importantes). Quando o Estado vier fazer consulta no nosso território étnico quilombola, deverá permanecer o tempo que for necessário para concluir o processo de consulta. Esse diálogo deve ser amplamente participativo, ter transparência, ser livre de pressões e flexível para atender a diversidade das comunidades e ter efeito vinculante, no sentido de levar o Estado a incorporar o que se dialoga na decisão a ser tomada.

Exigimos que os governos dotem os órgãos e autoridades responsáveis pela realização da Consulta de autonomia e capacidade de negociação e decisão para a condução do referido

processo. Queremos ser consultados por quem tem o poder de decisão. Nessas reuniões, nossos saberes devem ser levados em consideração no mesmo nível que o conhecimento não quilombola. As reuniões do proces-

“Quando o Estado vier fazer consulta no nosso território étnico quilombola, deverá permanecer o tempo que for necessário para concluir o processo de consulta. Esse diálogo deve ser amplamente participativo, ter transparência, ser livre de pressões,...”

so de Consulta serão coordenadas por quilombolas escolhidos pelas respectivas comunidades e suas instituições representativas e poderão participar das reuniões, sempre que convidados, os parceiros/as das nossas comunidades: o Ministério Pú-

blico Federal, as organizações quilombolas indicadas por nós, quando for o caso, e convidados especiais, incluindo técnicos de nossa confiança.

Os custos da nossa presença e dos nossos parceiros em todas as reuniões do processo de CCPLI devem ser integralmente pagos pelo Estado (órgãos encarregados da consulta).

Para que a consulta seja realmente livre, não aceitaremos membros da Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Agência Espacial Brasilei-

ra, Centro de Lançamento de Alcântara, ou qualquer outra força de segurança pública ou privada, armados, em nossas reuniões.

Para nossa segurança, as reuniões deverão ser filmadas por membros de nossas comunidades. Parceiros e agentes do Estado, por nós autorizados, podem filmar e fotografar, desde que nos entreguem cópias integrais (sem edição) logo após o fim da reunião. Nossos locais sagrados não poderão ser filmados nem fotografados. Não aceitaremos a divulgação ou uso indevido de nossa imagem.



Daniela Fichino

The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored yellow, grey, orange, and black. A large, dark green diamond shape is centered on the page, containing the text 'COMUNICAÇÃO E PRÉ-CONSULTA' in white, bold, uppercase letters. Two smaller squares are also present: a maroon square on the upper-left side and an orange square on the lower-right side, both positioned between the diagonal lines.

COMUNICAÇÃO E PRÉ-CONSULTA

Os governos deverão comunicar às Associações Comunitárias, à ATEQUILA, ao STTR, ao SINTRAF, ao MABE e ao MOMTRA sobre seus planos, propostas e projetos.

No ato da comunicação às comunidades e suas instituições representativas, os governos deverão fornecer todos os documentos, propostas, estudos econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários, em versão impressa e digital, para que as comunidades possam ter elementos sólidos para discussão.

A comunicação dos governos poderá ser feita via Ofício, com toda a documentação do projeto/proposta anexada ou via reunião, com as comunidades e suas instituições representativas, dando-se preferência para a última alternativa.

As despesas referentes ao transporte, hospedagem e alimentação das comunidades, instituições representativas e assessorias, nessa etapa de pré-consulta, devem ser custeadas pelo governo brasileiro (órgãos responsáveis pela consulta).

Ao serem formalmente comunicadas pelo Estado brasileiro, as comunidades e suas instituições representativas se reunirão nas comunidades- polo para apresentar e debater internamente a proposta.

“No ato da comunicação às comunidades e suas instituições representativas, os governos deverão fornecer todos os documentos, propostas, estudos econômicos, sociais, ambientais e outros que se fizerem necessários...”

As comunidades deverão, após analisar a proposta, apresentar uma devolutiva aos governos sobre suas posições, dúvidas e possíveis questionamentos acerca da proposta apresentada.

The image features a white background with several diagonal lines in yellow, grey, orange, and black. A large green diamond is centered, containing the text 'REUNIÕES NOS QUILOMBOS' in white. Smaller maroon and orange diamonds are placed at the intersections of the lines.

REUNIÕES NOS QUILOMBOS



I – Reunião Informativa.

Em data, local e hora previamente acordados entre governos e instituições representativas/comunidades, serão realizadas reuniões informativas pelo Estado brasileiro, nas quais deverão, obrigatoriamente, serem disponibilizados a todos os participantes todos os documentos, na modalidade impressa e digital, inerentes à proposta em debate, bem como as reais e justas condições de realização dos debates. A ausência desses critérios poderá implicar na imedia-

ta suspensão dos trabalhos, até que sejam disponibilizados os meios e condições necessárias para a continuidade dos debates. **Deve-se primar sempre por iguais condições, medidas e níveis de debates.**

As despesas referentes ao traslado, hospedagem e alimentação das comunidades, instituições representativas e assessorias nas reuniões informativas devem ser custeadas pelo governo brasileiro (órgãos responsáveis pela consulta).



arquivo do MABE

II – Reuniões Internas.

As reuniões internas serão realizadas em cada comunidade-polo, em observância à nossa organização social, para discutir a proposta em questão, e levará em consideração a dinâmica e o tempo de cada comunidade, ficando estabelecido o tempo mínimo de até 90 (noventa) dias para devolutiva. Em não sendo suficiente, será prorrogado pelo tempo que se entender necessário para o debate interno. **Os governos e seus representantes não participarão das reuniões internas, pois esse é um**

momento de as comunidades e suas assessorias debaterem as propostas em questão.

Superadas as reuniões internas, será realizada uma assembleia final, com todas as comunidades-polo, para deliberar sobre a matéria.

Em fase de reuniões internas, as despesas e custos também serão custeadas pelo governo brasileiro, uma vez que, mesmo que as reuniões sejam internas, constituem parte do processo de Consulta, cuja obrigação e responsabilidade são do Estado brasileiro.

The image features a white background with several diagonal lines in yellow, grey, orange, and black. A large, dark green diamond shape is centered, containing the text 'REUNIÃO FINAL COM ESTADO' in white, bold, uppercase letters. Above and below this diamond are smaller, solid-colored diamonds: a maroon one above and an orange one below. The lines and shapes create a dynamic, geometric composition.

REUNIÃO FINAL COM ESTADO



arquivo do MABE

I – Comunicação das Comunidades aos Governos.

Após assembleia final de deliberação das comunidades, as instituições representativas formalizarão a decisão tomada pela comunidade aos órgãos do governo brasileiro responsável pela consulta.

Após isso, o Estado brasileiro deverá, de maneira prévia e acordada, convocar reunião para discutir a decisão da comunidade.

A CCPLI busca a construção de um acordo entre as partes envolvidas, contudo, em não havendo consenso, ou seja, não havendo acordo, exige-se que os governos brasileiros respeitem a nossa posição, em observância à legislação nacional e internacional de proteção e defesa aos nossos direitos territoriais, culturais, econômicos, sociais e políticos.

The image features a white background with several parallel diagonal lines running from the top-left to the bottom-right. The lines are colored grey, black, orange, yellow, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the center, containing the text. There are also smaller orange and yellow squares placed at the intersections of the lines.

**DO CONSETIMENTO PRÉVIO,
LIVRE E INFORMADO**



arquivo do MABE

Se durante o procedimento da CCPLI não se chegar a um acordo ou consenso entre as partes, notadamente, será porque a proposta dos governos implica em remanejamentos/deslocamentos de comunidades/famílias ou redução do território tradicional, sendo assim, a referida proposta não terá consentimento para seguir.

Propostas, projetos, empreendimentos e/ou medidas administrativas e legislativas que impliquem em perda e redução do território quilombola de Alcântara e

remoções/remanejamentos/deslocamentos total ou parcial de comunidades devem obter o consentimento destas comunidades e suas instituições representativas.

Em não havendo o consentimento das comunidades e suas instituições representativas, deve-se cessar todas as tratativas com o governo brasileiro.

Ao não consentir pelo avanço das tratativas, as comunidades exigem que o Estado brasileiro respeite a nossa deliberação, tomando-a como premissa para quaisquer diálogos.

The background features several parallel diagonal lines in grey, black, yellow, and green. A large maroon diamond is centered on the page, containing the title text. Smaller orange and yellow diamonds are placed at the intersections of the lines.

**LISTA DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DE
ALCÂNTARA/MA**

1. Acetiua
2. Aguas Belas
3. Apicum Grande
4. Arenhengaua
5. Aru Novo
6. Bacanga
7. Bacurijuba
8. Baiano
9. Baixa Grande
10. Baixa Grande II
11. Baixo do Grilo
12. Baracatatiua
13. Barreiro
14. Beiju-Açu
15. Boa Vista II
16. Boca de Salina
17. Boca do Rio
18. Bom Jardim
19. Bom Viver
20. Bordão
21. Braçinho
22. Brito
23. Cabrau
24. Caçador
25. Cacimba
26. Caicaua
27. Caicaua
28. Cajapari
29. Cajapari
30. Cajiba
31. Cajitiua
32. Cajueiro I
33. Camarajó
34. Camboa
35. Camuritiua
36. Canavieira
37. Canelatiua
38. Capijuba
39. Capim
40. Caratatiua
41. Castelo
42. Castelo
43. Cauaçu
44. Cema
45. Centro Alegre
46. Centro Alegre II
47. Centro da Eulália
48. Centro da Vovó
49. Centro dos Banana
50. Cigadilho
51. Codó
52. Conceição
53. Coqueiro
54. Corre Fresco
55. Corre Prata
56. Corre Prata
57. Cujupe
58. Cujupe
59. Engenho
60. Espera
61. Esperança
62. Esteio
63. Flórida
64. Folhal
65. Fora Cativoiro
66. Forquilha
67. Galego
68. Goiabal

69. Goiabal II
70. Guandá
71. Guariba
72. Guaribal
73. Ibiramipiua
74. Iguaíba
75. Ilha das Cutias
76. Ilha de Manoel Mulato
77. Ilha do Macaco
78. Iririzal
79. Itaau
80. Itamatatiua
81. Itapera
82. Itapiranga
83. Itapitíua
84. Itapuaua
85. Itauna
86. Jacaré
87. Jacaré (Cajual)
88. Janã
89. Japeú
90. Jararaitá
91. Jardim
92. Jarucaia
93. Jerijó
94. Jerussú
95. Jordoá
96. Ladeira
97. Lisboa
98. Macaco
99. Mãe Eugenia
100. Mamorana
101. Mamuna
102. Mamuninha
103. Mangueiral
104. Manival
105. Marinheiro
106. Marudá
107. Mato grosso
108. Mocajituba I
109. Mocajituba II
110. Mocajituba III
111. Mocajubal
112. Mocajubal -II
113. Murarí
114. Mutiti
115. Oitíua
116. Pacuri
117. Palmeiras
118. Paquatiua
119. Paraíso
120. Pavão
121. Peptal
122. Periaçu
123. Perí-Mirim
124. Perizinho
125. Peroba de Baixo
126. Peroba de Cima
127. Peru
128. Pirarema
129. Ponta da Pedra
130. Ponta de Areia
131. Ponta Seca
132. Portinho
133. Porto do Arú
134. Porto do Meio
135. Portugal
136. Praia de Baixo

137. Praia de Baixo
138. Prainha
139. Praínha
140. Pratitá
141. Primirim
142. Quero ver
143. Quiriritiua
144. Raimundo Sú
145. Raposa
146. Rasgado
147. Remédio
148. Retiro
149. Rio Baiano
150. Rio dos Paus
151. Rio Grande
152. Rio Grande
153. Rio Verde
154. Rio Verde
155. Rola
156. Salina
157. Samaúma
158. Samucangaua
159. Santa Barbara
160. Santa Catarina
161. Santa Helena
162. Santa Maria
163. Santa Rita
164. Santa Rita
165. Santana dos Caboclos
166. Santo Inácio
167. São Benedito
168. São Francisco
169. São João de Cortes
170. São José
171. São Lourenço
172. São Maurício
173. São Pedro
174. São Raimundo
175. Só Assim
176. Tacaua
177. Tajurará
178. Tapera
179. Tapuio
180. Taturoca
181. Terra Mole
182. Terra Nova
183. Tijuca
184. Timbira
185. Timbotiua
186. Tiquara
187. Trajano
188. Tubarão
189. Vai com Deus
190. Valério
191. Vila do Meio
192. Vila Murici
193. Vila Nova (Cajual)
194. Vila Valdecir
195. Vista Alegre
196. Xoxo
197. Zé Leão

The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond shape is positioned in the center, containing the word 'REALIZAÇÃO' in white, bold, uppercase letters. Two smaller squares are placed on the lines: an orange square on the black line and a yellow square on the green line.

REALIZAÇÃO

ATEQUILA

Associação do Território Quilombola
de Alcântara/MA.

MOMTRA
MOVIMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS DE
ALCÂNTARA

MABE
MOVIMENTO
DOS ATINGIDOS
PELA BASE
ESPACIAL


STTR
ALCÂNTARA

SINTRAF
AGRICULTURA FAMILIAR


The image features a white background with several parallel diagonal lines sloping downwards from left to right. The lines are colored grey, black, orange, and green. A large, dark red diamond is positioned in the center, containing the word "PARCERIAS" in white, bold, uppercase letters. Smaller squares in orange and yellow are placed at the intersections of the lines, creating a geometric pattern.

PARCERIAS

Centro de Cultura Negra do Maranhão - **(CCN)**

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - **(SMDH)**

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - **(CONAQ)**

Defensoria Pública da União/ Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão - **(DPU/MA)**

Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão - **(PPGCSPA/UEMA)**

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Maranhão - **(FETRAF/MA)**

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - **(FETAE/MA)**

Justiça Global - **(JG)**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - **(MST/MA)**

Projeto Antirracismo na América Latina numa Era Pós-Racial da Universidade de Manchester - **(LAPORA/UManchester)**

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - **(PNCSA)**

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - **(RSJDH)**

Plataforma Brasileira de Direitos Humanos - **(DHESCA Brasil)**

Coletivo OCUPEACIDADE/SP

Apoio:

 **justiçaglobal** | **20 anos**


**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)

